

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO

JEAN CARLOS DIAS

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

T314

Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line]
organização CONPEDI

Coordenadores: Jean Carlos Dias; José Filomeno de Moraes Filho – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-461-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Teorias da democracia. 3. Direitos políticos. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

Apresentação

Os artigos aqui reunidos foram submetidos ao Grupo de Trabalho “Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e Filosofia do Estado” no V ENCONTRO VIRTUAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CONPEDI.

A presente publicação, assim, é resultado da prévia seleção de artigos e do vigoroso debate do referido grupo, no dia 17 de junho de 2022, tendo atuado como coordenadores os professores-doutores FILOMENO MORAES (UECE – aposentado) e JEAN CARLOS DIAS (CESUPA).

O evento teve como parceiros institucionais a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Universidade Presbiteriana Mackenzie e realizou-se do dia 14 a 18 de junho de 2022, por meio da plataforma online do CONPEDI.

Os estudos abordam uma ampla gama de temas que, por sua vez, estão relacionados, centralmente, ao debate contemporâneo acerca da teoria democrática e suas implicações políticas e institucionais.

Deste modo, foram apresentados e debatidos artigos, representativos de diversos programas de pós-graduação, mantidos por instituições de ensino superior distribuídas por todo o Brasil. O que, por sua vez, indica a larga abrangência e atualidade dos problemas examinados.

Conforme a ordem de apresentação, foram expostos e debatidos os seguintes trabalhos:

Fridtjof Chrysostomus Dantas Alves, ligado ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus, apresentou o texto “A (DES) POLITIZAÇÃO PARTIDÁRIA DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES E SEUS REFLEXOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA”.

Caroline Fockink Ritt , Eduardo Ritt , Eduardo Fleck de Souza, vinculados ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de São Caetano do Sul, apresentaram o estudo “A CORRUPÇÃO PÚBLICA COMO CONSEQUÊNCIA DA ADOÇÃO DO MODELO PATRIMONIALISTA NA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E OS REFLEXOS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO”.

Roberto Carvalho Veloso e Denise Ribeiro Gasparinho Duailibe Costa, do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão, apresentaram o tema “ A ESCASSEZ DE REPRESENTATIVIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PODER LEGISLATIVO MARANHENSE: UM REFLEXO DA INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E MANUTENÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO”.

Elise Avesque Frota e Carlos Marden Cabral Coutinho, vinculados ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus, apresentaram o artigo “A ESSENCIALIDADE DA(S) LIBERDADE(S) E DAS INSTITUIÇÕES PARA A DEMOCRACIA” .

Gabriel Vieira Terenzi e Fernando De Brito Alves, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, apresentaram o estudo “A INCONSTITUCIONALIDADE DA INELEGIBILIDADE FUNDADA EM LIQUIDAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU SEGURO”.

Marlei Angela Ribeiro dos Santos, Thais Janaina Wenczenovicz e Émelyn Linhares, ligadas ao programa de pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, apresentaram o tema “A INSUFICIÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA INDÍGENA E O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO: A RUÍNA DAS TERRAS, AMBIENTE E NATUREZA NACIONAL”.

Emerson Penha Malheiro e Luciana Guerra Fogarolli , ligados ao programa de pós-graduação do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas apresentaram o tema “A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19 E A INTERVENÇÃO NECESSÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO NA DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PELA INCLUSÃO DIGITAL”

Jânio Pereira da Cunha e Pedro Lucas de Amorim Lomônaco, ligados ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus, apresentaram o artigo “A RELEVÂNCIA JURÍDICA E SOCIAL DOS VOTOS BRANCOS E NULOS NAS ELEIÇÕES NACIONAIS”.

Emerson Penha Malheiro, ligado ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus, apresentou o texto “A TRANSFORMAÇÃO DO NEOCONSTITUCIONALISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”.

Jose De Oliveira Junior e Wilson Antônio Steinmetz, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, apresentaram o artigo “CORRUPÇÃO, PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NAS DISPUTAS POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.

Eduardo Edézio Colzani e Ana Luiza Colzani, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Itajaí, apresentaram o estudo “DA REPÚBLICA DE PLATÃO À PSICOPOLÍTICA DE CHUL-HAN: UMA ODISSEIA A JUSTIFICAR O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO”.

Maritana Mello Bevilacqua, Cláudio Renan Corrêa Filho e Elenise Felzke Schonardie, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Itajaí, apresentaram o estudo “DESAFIOS À DEMOCRACIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ESPAÇOS GLOBALIZADOS E TRANSNORMATIVIDADE.

Jose de Oliveira Junior e Wilson Antônio Steinmetz, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, apresentaram o artigo “DESAFIOS À DEMOCRACIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ESPAÇOS GLOBALIZADOS E TRANSNORMATIVIDADE”.

Janaína Rigo Santin e Pedro Henrique Pasquali, vinculados ao programa de pós-graduação da Universidade Federal da Passo Fundo, apresentaram o artigo “ESTADO CONSTITUCIONAL, AUTORITARISMOS E DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI”.

Glaucio Francisco Moura Cruvinel, Clayton Reis e Rodrigo de Lima Mosimann, ligados ao programa de pós-graduação do Unicuritiba, apresentaram o estudo “O FUNDAMENTO ÉTICO E MORAL DO PODER NO ESTADO TECNOCRÁTICO”.

Jânio Pereira da Cunha e Pedro Lucas de Amorim Lomônaco, ligados ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus , apresentaram o artigo “O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO COMO AUTORIDADE PATERNAL NA FORMAÇÃO DO SUPEREGO DA SOCIEDADE ÓRFÃ DE INGEBORG MAUS”.

Jayme Weingartner Neto e Mariana Moreira Niederauer, ligados ao programa de pós-graduação da Unilassale - Canoas, apresentaram o artigo “OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS E A CRISE NA DEMOCRACIA LIBERAL: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A DISSEMINAÇÃO DAS FAKE NEWS”.

Elisa Cardoso Ferretti e Janete Rosa Martins, vinculadas ao programa de pós-graduação da URI Santo Ângelo, apresentaram o artigo “OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE REFUGIADOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE LÍQUIDA DE CONSUMIDORES: ENTRAVES À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS”.

Carlos Alberto Aguiar Gouveia Filho, Alexandre Antonio Bruno Da Silva e Sabrinna Araújo Almeida Lima, vinculados ao programa de pós-graduação do Centro Universitário Christus, apresentaram o artigo “PL112/2021, UMA ANÁLISE DA INELEGIBILIDADE DOS MAGISTRADO, REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA”.

Fernanda Borba de Mattos d’Ávila e Rafael Padilha dos Santos, ligados ao programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Itajaí, apresentaram o artigo “PSICOPOLÍTICA E A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO: EQUACIONAMENTOS PARA A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL CAUSADA PELO CAPITALISMO”.

Assim, na qualidade de Coordenadores do Grupo de Trabalho, após a ampla discussão e rico debate, cabe-nos recomendar a atenta leitura dos textos aqui reunidos dada a importância que cada um representa na pesquisa dos assuntos investigados.

Boa leitura!

PROF. DR. FILOMENO MORAES

(UECE – aposentado)

PROF. DR. JEAN CARLOS DIAS

CESUPA

**DA REPÚBLICA DE PLATÃO À PSICOPOLÍTICA DE CHUL-HAN: UMA
ODISSEIA A JUSTIFICAR O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

**FROM PLATO'S REPUBLIC TO CHUL-HAN'S PSYCHOPOLITICS: AN ODYSSEY
TO JUSTIFY THE CURRENT BRAZILIAN POLITICAL SCENARIO**

Eduardo Edézio Colzani ¹

Ana Luiza Colzani ²

Resumo

O artigo objetiva uma tentativa de aproximação de alguns conceitos e noções extraídos de de obras clássicas ao panorama político brasileiro atual, especialmente àquele inaugurado em janeiro de 2019. As leituras se concentraram em torno de “A paideia ôntica, a justiça e a ideia de Bem a partir do jusnaturalismo ontológico da República de Platão”, artigo de autoria de Rafael Padilha dos Santos, em diálogo com Aristóteles, Nicolau Maquiavel, Carl Schmitt, Hannah Arendt, Michel Foucault e Byung Chul-Han. As reflexões aqui expostas não exaurem o conteúdo das obras, mas em seu conjunto, auxiliam na compreensão da situação do país.

Palavras-chave: Obras clássicas, Brasil, Política

Abstract/Resumen/Résumé

The article aims at an attempt to approach some concepts and notions extracted from classic works to the current Brazilian political scene, especially the one inaugurated in January 2019. The readings focused around “The ontic paideia, justice and the idea of Bem from the ontological jusnaturalism of Plato's Republic”, article by Rafael Padilha dos Santos, in dialogue with Aristotle, Niccolò Machiavelli, Carl Schmitt, Hannah Arendt, Michel Foucault and Byung Chul-Han. The reflections presented here do not exhaust the content of the works, but as a whole, help to understand the situation in the country.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Classical works, Brazil, Policy

¹ Mestrando do PPCJ-UNIVALI, na linha de pesquisa Direito, Transnacionalidade e Inteligência Artificial, advogado, e-mail: duducolzani@globo.com

² Doutoranda do PPCJ-UNIVALI, na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, advogada, e-mail: lucolzani@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em resposta ao título da obra “Por que ler os clássicos”, Calvino (1993, p. 16), após jocosamente anotar que “a única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos”, esclareceu que “os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos”.

E a resposta à pergunta que segue é o **objetivo** do presente trabalho: o cenário político brasileiro atual, particularmente aquele iniciado em 2019, pode ser explicado ou justificado pelos clássicos, tal como proposto por Calvino?

Para responder a esta questão, primeiramente é necessário colocar as coisas em seus devidos lugares, e, nesse sentido, quando se diz que o Brasil não é para amadores, deve-se inferir o exato oposto, isto é, que o Brasil é um celeiro de amadores. Caso preponderasse o profissionalismo, talvez fosse desnecessário recorrer aos clássicos para compreender aonde chegamos.

Basta notar-se que os autênticos profissionais que se propuseram a assessorar o governo iniciado em 2019, logo que perceberam que suas aptidões técnicas não tinham aplicabilidade prática alguma e que haviam sido utilizados simplesmente como marketing eleitoral, apressaram-se a se afastar dele.

Restaram, então, os sabujos, os oportunistas e os militares. Os primeiros, subservientes que são, reproduzem a incompetência reinante no palácio. Os oportunistas engordam seu capital, financeiro e eleitoral. Os militares, que, por vezes, acumulam a servilidade e o oportunismo, exalam incompetência e parecem esmerar-se, deliberadamente, para achincalhar mais e mais as Armas.

Seja como for, foi o que restou no *locus* palaciano, e, desse resto de tacho, obviamente não se poderia esperar muito, senão uma autoproteção para assegurar a manutenção do poder até o término do mandato. Afinal, as tetas do Estado estão à mostra e o governo de plantão, cuja incompetência gerencial-administrativa é manifesta, já deu demonstrações de ser um exímio sorvedouro dessas tetas.

Com efeito, apesar das circunstâncias excepcionais que confluíram para a vitória eleitoral do atual governo, as quais talvez jamais se repetirão, fato é que ele ainda permanece vigente a despeito de sua excentricidade e absoluta ausência da *virtù*. Logo, resta invocar os clássicos, ou alguns deles, não para compreender por que chegamos até

aqui, já que a excepcionalidade das circunstâncias, especialmente daquelas ocorridas durante o ano eleitoral de 2018, talvez explique, mas para tentar elucidar o porquê da permanência desse governo diante de tantos disparates.

O texto do artigo, objetiva, então, uma tentativa de aproximação, por vezes ousada, reconhece-se, de alguns conceitos e noções extraídos de cada uma das obras ao panorama político brasileiro atual, especialmente àquele inaugurado em janeiro de 2019.

Este artigo é metodologicamente produzido a partir das técnicas de fichamento, conceitos operacionais e referente propostas na disciplina “Teoria Política”, ministrada pelo professor Rafael Padilha dos Santos, no ano de 2021, no Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da UNIVALI.

As leituras se concentraram em torno de “*A paideia* ôntica, a justiça e a ideia de Bem a partir do jusnaturalismo ontológico da República de Platão”, artigo de autoria do Professor Rafael, “A política” (Aristóteles), “O príncipe” (Nicolau Maquiavel), “O conceito do político” (Carl Schmitt), “Origens do totalitarismo” (Hannah Arendt), “Microfísica do poder” (Michel Foucault) e “Psicopolítica” (Byung Chul-Han); obras cujas leituras resultaram em fichamentos que, por sua vez, constituem a essência deste artigo.

As reflexões aqui expostas, evidentemente, não exaurem o conteúdo das obras em estudo, mas em seu conjunto, auxiliam na compreensão da situação do país.

Quanto ao relatório (este artigo), emprega-se a base lógica indutiva, tal como proposto por Pasold (2011, p. 99).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 A REPÚBLICA

Segundo Platão, para que haja justiça na polis, o rei deve praticar a filosofia, já que o filósofo:

[...] é apaixonado por saber a verdade, é avesso à falsidade, é moderado, não é ambicioso, não tem baixeza, é corajoso, não é grosseiro, não teme a morte, não é vaidoso, é justo, sociável e cordato, com uma atitude de espírito comedida e agradável por natureza, tem grande memória e facilidade de aprender, superioridade e amabilidade (SANTOS, 2021, p. 10).

Outrossim, “os governantes devem ter comunhão de propósitos e usar a sabedoria para criar e defender leis sábias, dando diretrizes de condutas benéficas ao bem comum,

com um estilo de vida temperante e sempre comprometidos com a verdade” (SANTOS, 2021, p. 11). E, “sendo o governante da *polis*, não possuirá bens próprios [...]”, condição que, segundo, Platão, “combate a ganância materialista como fonte de corrupção” (SANTOS, 2021, p. 12).

Tudo isso – prática da filosofia, com as virtudes daí decorrentes, e abdicação em relação a bens materiais – seria uma decorrência natural do exercício da sabedoria e temperança, virtudes inerentes ao governante.

Por outro lado, “se a parte pior da alma, como instintos e desejos desmedidos e perversos, controlam as escolhas, a pessoa se torna escrava dos desejos” (SANTOS, 2021, p. 12), afasta-se daquilo que é ordenado pela razão e, então, tende, *v.g.*, à agressividade, o que gera desarmonia em toda a *polis*.

Pois bem. Traçando um paralelo entre os ensinamentos de Platão e o cenário brasileiro atual, observa-se que um “sapateiro” – as aspas indicam, conforme proposto por Platão, a função atribuída à pessoa de acordo com a natureza humana, e não propriamente a profissão de sapateiro, que merece o devido apreço –, que naturalmente não alcançou a ideia do Bem através da filosofia, rompeu a ordem dos fatores e, mesmo sem qualquer sabedoria e temperança, passou à classe dos governantes.

Tem-se, então, um governante que, entre outras deficiências, reúne imoderação, ambição, vaidade, baixeza, grosseria, agressividade, perversidade, falta de comedimento e memória. De quebra, ostenta uma coleção nababesca de bens próprios fruto de seus desejos desmedidos.

Nada mais precisa ser dito para compreender-se o panorama atual de desgoverno e desarmonia na *polis*, e isso ratifica a observação de Santos (2021) segundo a qual na sociedade atual é impreterível recorrer aos clássicos porque eles trazem subsídios teóricos que permitem compreender os problemas presentes.

3 A POLÍTICA

A *Política*, um clássico grego, afigura-se um manancial de informações que somente Aristóteles, um pensador nato, astuto observador, dedicado filósofo, quiçá profeta, poderia ter concebido.

Baseando-se na observação e coletânea de informações da época, Aristóteles deixou para a posteridade um catálogo dos regimes políticos então vigentes, com todas as particularidades pertinentes a cada um deles.

Note-se, por exemplo, que, mesmo ignorando os cerca de 2,5 milhões de reais que viriam a ser debitados do cartão corporativo para custeio dos dezessete dias das férias/2020 do governante de Pindorama, país insignificante de um continente tão distante, Aristóteles, ao tratar da Constituição de Cartago, já anunciava (ou profetizava):

É óbvio que quem costuma comprar o cargo quer tirar proveito, quando na realidade governa a troco do dinheiro despendido. Seria absurdo que um homem pobre mas honrado quisesse lucrar, e não o quisesse um homem menos honesto depois de ter gasto dinheiro. Por isso devem governar os que o podem fazer melhor; e seria preferível que, mesmo que o legislador negligenciasse a prosperidade das classes superiores, pelo menos garantisse o lazer aos governantes (ARISTÓTELES, 1998, p. 173).

Ora, tanto se garantiu o lazer ao governante que, no exíguo lapso de pouco mais de quinze dias, o celebrado cartão corporativo foi passado e repassado a ponto de atingir a referida cifra milionária.

Deixando de lado o lazer e focando nas virtudes, o mínimo que se poderia esperar do governante é que soubesse mandar, mas, como dito por Aristóteles, “é boa máxima afirmar que ‘não pode mandar bem quem nunca obedeceu’” (ARISTÓTELES, 1998, p. 201).

Com efeito, muito embora se tenha pleiteado um certo *know-how* à figura do ex-capitão, fato é que pouco relevo, quase ocultação, tem-se conferido às razões do rompimento com a carreira militar: indisciplina e subversão/crime renderam-lhe uma saída desonrosa do Exército.

A propósito, talvez daí decorra seu regozijo indisfarçável ao comandar seus generais, já que, a despeito do aparente déficit cognitivo, certamente tem ciência de que sua incompetência e falta de liderança jamais lhe teriam permitido atingir o topo da carreira militar se dela não tivesse sido expelido.

Pois bem. Se nunca obedeceu (a ordens de superiores), naturalmente encontraria dificuldades para obedecer às leis, razão pela qual a solução parece estar no recrutamento de amigos (os festejados “amigos do rei”), já que:

O facto é que constitui prática corrente dos monarcas fazerem-se rodear de muitos olhos, ouvidos, mãos e pés; e não associam a si, também, os que são amigos do seu poder e da sua pessoa? É claro que se não forem seus amigos, não agirão segundo a vontade do monarca; mas, se forem amigos do senhor e

do seu poder – um amigo é como se fora um igual e semelhante – e se, por conseguinte, o monarca pensar que os seus amigos devem governar, pensa que os seus pares e semelhantes devem governar também (ARISTÓTELES, 1998, p. 261).

Nesse aspecto, não só é conveniente mas indispensável que os amigos governem, à medida que um governante que, declaradamente, nada entende de economia, e perceptivelmente não entende de justiça, educação, abastecimento, direitos humanos, meio ambiente, enfim, pouco ou nada entende de coisa alguma, não pode ser simplesmente largado no planalto central de Pindorama em meio às emas do castelo, já que, mesmo que elas pareçam se assemelhar a ele em discernimento, talvez não suportem sua companhia.

Mas enquanto impera a ignorância em relação aos temas centrais da nação, assuntos subalternos, mas preocupantes porque dissimulados em seus reais propósitos, são tratados abertamente, a exemplo do acesso às armas, a cujo respeito é oportuna a seguinte passagem de Aristóteles (1998, p. 55-56):

Tal como o homem é o melhor dos animais quando atinge o seu pleno desenvolvimento, do mesmo modo, quando afastado da lei e da justiça, será o pior. A injustiça armada é, efetivamente, a mais perigosa; o homem nasceu com armas que devem servir a sabedoria prática e a virtude mas que também podem ser usadas para fins absolutamente opostos. É por isso que o homem sem virtude é a criatura mais ímpia e selvagem, e a mais grosseira de todas no que diz respeito aos prazeres do sexo e da alimentação.

Ora, o recente remanejamento das magistraturas (entenda-se os ministérios), manifestamente executado para assegurar a proteção do clã, denota o desprezo do governante pela lei e pela justiça. Eis o pior dos animais na concepção do filósofo.

Sobre as armas, resta rogar para que as magistraturas (entenda-se os juízes e os legisladores) contenham o instinto desvairado do animal de “liberar geral”, à medida que a sabedoria e a virtude que lhe faltam (afinal, é o pior dos animais) tendem a conferir a essas armas destinos os mais escusos.

Sobre os prazeres da alimentação, a despeito do requinte alimentar existente no castelo, fora dos muros e longe do fosso, o governante não esconde sua grosseria inata ao alimentar-se na companhia dos periecos do planalto central e de Pindorama em geral, ora degustando um pastel com caldo de cana, ora devorando seu pão com leite condensado; sempre selvagem e com os piores hábitos de higiene. Seja mero *marketing* oriundo de um populismo de caso pensado, fato é que não se poderia esperar boas maneiras do pior dos animais.

Quanto aos periecos e cidadãos, resta-lhes confiar na solidez das instituições e das leis, sobretudo porque “a supremacia da lei é fonte de força para a comunidade e de estabilidade para a constituição. Por isso mesmo, é melhor ser governado por leis do que por homens, sempre sujeitos às paixões” (ARISTÓTELES, 1998, p. 31).

A propósito, são essas paixões, remorsos, frustração pela baixa desonrosa da carreira militar e um desejo desvelado de manter os seus à margem da justiça que nos permite compreender ao menos um dos propósitos de Calvino: “os clássicos servem para entender [...] aonde chegamos” (CALVINO, 1993, p. 16).

4 O PRÍNCIPE

Graças a uma conjuntura que jamais se repetirá, um conquistador qualquer, carente da *virtù*, dominou o principado.

Logo que a conquista foi sacramentada, iniciou-se a quebra dos compromissos que o conduziram ao trono, o que não seria nenhum problema porque, segundo Maquiavel, “um príncipe prudente não pode, nem deve, guardar a palavra dada, quando isso se torna prejudicial ou quando deixem de existir as razões que o haviam levado a prometer” (MAQUIAVEL, 2021, p. 84).

Ocorre que nem a palavra dada se tornou prejudicial, nem deixaram de existir as razões das promessas, em virtude do que sua quebra passou a gerar o descontentamento dos súditos, de modo bastante retraído num primeiro momento.

Mas até aí tudo ia bem, porque mesmo sem a *virtù*, o conquistador soube disfarçar a natureza de raposa e, portanto, era “grande simulador e dissimulador, pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que o enganador encontrará sempre quem se deixe enganar” (MAQUIAVEL, 2021, p. 84).

Além disso, aparentava estar bem orientado por um super-conselheiro cuja suposta sabedoria e preparo técnico haviam sido decisivos para a credibilidade depositada pelos súditos.

Todavia, faltava sabedoria ao príncipe, e, como observado por Maquiavel, “se um príncipe não for sábio por si mesmo, não poderá ser bem aconselhado, a menos que a sorte o ponha nas mãos de um só homem muito prudente, que o oriente em tudo” (MAQUIAVEL, 2021, p. 114-115).

Mas nada disso aconteceu e, ademais, o super-conselheiro revelou-se um falastrão, incompetente até mesmo na área específica para a qual fora recrutado. Quanto aos demais conselheiros, os adutores permaneceram e os probos partiram para não se tornarem cúmplices dos malfeitos.

Com o governo à deriva, a pretexto da proteção dos súditos e garantia de sua segurança frente a salteadores imaginários, o príncipe deu início a uma campanha armamentista cujo objetivo velado era simplesmente armar os seus e assegurar sua manutenção no poder. Afinal:

todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam, porque [...] a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção. Por isso, convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força (MAQUIAVEL, 2021, p. 25).

Mas foi contido nessa campanha e, agora, quando a suposta astúcia de raposa desvelou-se em estupidez e ignorância, nada mais lhe resta para sustentar o principado. Nem mesmo a falta de bondade lhe é útil – recorde-se que, segundo Maquiavel, para manter-se no poder, o príncipe deve “aprender a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 2021, p. 73) –, porque sem sabedoria e sem conselheiros expertos, não consegue sequer discernir de que forma ela (a falta de bondade) poderia ser utilizada em seu proveito.

De resto, não conquistou o amor dos súditos, já que se aliou à peste e foi complacente com seus resultados, tampouco infligiu-lhes temor. Pudera, pois que alguém que se comporta como arlequim, e não como príncipe, provoca graça e não temor.

Aventurado Maquiavel, que, falecido em 1527, não teve o desgosto de presenciar o período iniciado em 2019, em que condutas as mais ultrajantes adotadas pelo conquistador de um principado tão distante da Itália (terra natal de Maquiavel) o tornaram um exemplo mundial de príncipe sem *virtù*.

5 O CONCEITO DO POLÍTICO

O sujeito que, por décadas, foi useiro e vezeiro de um poder da república sem nada contribuir para a própria república, senão para seu sucesso financeiro pessoal, tendo extraído dela até seu último sumo (no mais das vezes, de forma não republicana), não pode receber o qualificativo “político”.

Do mesmo modo, o sujeito expulso de um corpo militar, independentemente de qual tenha sido a razão, já não pode ser designado “soldado”, nome reservado aos integrantes da corporação e que bem lhe serviram, não aos dela expelidos.

Com efeito, pontuou Schmitt (2009, p. 64), reportando-se a um certo diplomata inglês, sem nominá-lo, que “o político está mais treinado para o combate do que o soldado, porque o político combate toda a sua vida, mas o soldado só o faz excepcionalmente”.

Ora, se o indivíduo não é soldado e nem político, naturalmente desconhece o combate, e “a possibilidade real do combate [...] tem de estar sempre presente para que se possa falar de política” (SCHMITT, 2009. p. 61).

É o que se passa em Pindorama. Um indivíduo chegou ao topo da república, mas não sabe lhe dar o rumo porque concentra duas deficiências: não é soldado e nem político.

Não sendo político, não consegue identificar seus amigos e distingui-los dos inimigos, justo porque:

[...] o pensamento político e o instinto político comprovam-se, na teoria e na prática, na capacidade de diferenciar amigo e inimigo. Os pontos altos da grande política são, ao mesmo tempo, instantes nos quais o inimigo é olhado enquanto inimigo com uma clareza concreta (SCHMITT, 2009. p. 120).

Ademais, “o fenômeno do político só se pode conceber através da referência à possibilidade real do agrupamento amigo-inimigo, independentemente do que daí se segue para a valoração religiosa, moral, estética, econômico do político” (SCHMITT, 2009. p. 67).

Isso, embora não justifique, explica as críticas gratuitas dirigidas pelo chefe de Pindorama a um país situado num oriente distante. Pudera, já que, por mais elementar que a situação se apresente (refere-se aqui ao país de origem do coronavírus), não consegue perceber que seu maior parceiro comercial deve ser tratado como amigo, e não como inimigo.

Isso também explica a disparatada e obscena submissão a um império muito próximo, pois, na opacidade de sua visão apolítica, enxerga um amigo íntimo em alguém cujos interesses econômicos muito peculiares, que o tornam uma potência mundial, deveria mais ser visto como inimigo (no campo do comércio internacional, entenda-se), e não como amigo.

De resto, talvez explique porque, em meio a uma pandemia, não consiga perceber que o inimigo é o vírus.

Mas o povo de Pindorama é relutante, e, se sobreviver ao vírus, amigo do chefe, certamente saberá reciclar e fazer suas escolhas logo adiante, ao fim dos quatro anos de troça, quando então o chefe, amigo do vírus, será reciclado e reconduzido à várzea de onde jamais deveria ter saído.

6 ORIGENS DO TOTALITARISMO

Depois do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália e do bolchevismo na Rússia, além de seus braços por todo o planeta, eis que, em pleno século XXI, já ao fim da segunda década, desponta algo semelhante no novo continente.

O movimento aproveitou-se da fuga ao debate público a pretexto de questões de saúde e utilizou, despudoradamente, os novos meios de comunicação em rede e da Web 2.0 para, agredindo adversários com notícias deveras duvidosas, impulsionar sua campanha. Além disso, vendeu uma imagem de novidade (a nova política) e de franco combatente da corrupção. Afinal, “a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão franca quanto mentirosa” (ARENDDT, 1989, p. 435).

Sem outras opções tão incisivas (embora melhores havia) e, sobretudo, na ânsia de sepultar o regime anterior, vigente por cerca de uma década e meia, o povo entregou-lhe o poder.

Ainda no curso do primeiro ano, o novo líder deu demonstrações de que a velha política prosseguiria e que a corrupção persistiria, já que, se fosse combatida tal como anunciado em campanha, logo a polícia estaria a sua porta; até porque não teve a habilidade dos camaradas europeus para logo recrutar sua SS.

Daí a denominação que ora se atribui ao movimento: “bolstelionatismo”, um neologismo que combina o nome de família com a fraude eleitoral que permitiu seu acesso ao poder.

A par da fraude, que a essas alturas parece impossível de ser remediada, dias vêm, dias vão e as semelhanças com os movimentos totalitários da Europa do século passado são cada vez mais evidentes.

“A embriaguez e a incompetência, tão comuns em qualquer descrição da Rússia dos anos 20 e 30 e tão comuns ainda hoje” (ARENDDT, 1989, p. 420), são reveladas diariamente no chiqueirinho à beira do palácio, tanto pelo líder quanto pelos sequazes,

porque não é razoável acreditar que, se sóbrios estivessem e possuíssem um mínimo de intelecto, pronunciariam continuamente tamanhos disparates.

Já “a indescritível crueldade gratuita dos campos de concentração e de extermínio alemães” (ARENDDT, 1989, p. 420) revelou-se em meio a pandemia do coronavírus iniciada em 2020, quando, uma vez assegurado um abrigo a si e aos seus pelos Merlins palacianos, fomentou deliberadamente ações para a disseminação desenfreada do vírus em busca de uma inconsequente imunidade natural.

Nesse aspecto, a propósito, parece ter seguido à risca a cartilha dos camaradas europeus,

[...] pois, tal como a ‘solução final’ de Hitler significava tornar realmente obrigatório para a elite do partido nazista o mandamento ‘Matarás’, o pronunciamento de Stálin recomendava como regra de conduta para todos os membros do partido bolchevista: ‘Levantarás falso testemunho’” (ARENDDT, 1989, p. 425).

Enfim, parece ter o líder bolsteliarista criado seu próprio mandamento, de inspiração nazi-bolchevista: mentirás sobre o vírus e fomentarás o morticínio.

Quanto à corrupção, essa “que foi desde o início a maldição da administração russa, esteve também presente nos últimos anos do regime nazista” (ARENDDT, 1989, p. 420), não poderia ter ficado de fora. Conseguiu escondê-la, é bem verdade, enquanto por cerca de três décadas permaneceu na insignificância de sua existência, mas bastou pôr o pé no poder para que ela viesse à tona. Afinal, a várzea não induz fortunas senão por vias sombrias.

Sobre a polícia, enquanto havia apenas murmúrios de que as polícias da maioria das províncias já não atendiam mais ao comando de seus governadores porque estavam sob o jugo direto do novo líder, pouca importância se deu à questão, até porque os indícios advinham simplesmente de suas constantes participações em formaturas e outros eventos nas corporações militares provincianas.

Contudo, a evidência tornou-se realmente preocupante quando, em meio a uma manifestação em prol do líder, um cidadão de uma certa província, por supostamente ter arremessado ovos nos manifestantes, teve sua casa arbitrariamente invadida pela polícia (não houvera mandado judicial), na companhia de um membro do movimento, para posteriormente ser conduzido sob detenção a fim de prestar depoimento.

Pudera, já que “a ascendência da polícia secreta sobre o aparelho militar é a marca de muitas tiranias, e não somente das tiranias totalitárias”. Ademais, no caso

específico, a polícia secreta, antes de sua atribuição característica de reprimir os inimigos do “partido” (com todas as aspas possíveis já que o líder sequer se encontra filiado a partido), essa que ficou evidente no episódio dos ovos, tem função mais pragmática: ocultar a corrupção do líder e dos seus.

Todavia, no plano dos fatos, a SS não foi propriamente instituída e, pela incompetência cada vez mais evidente do líder e dos asseclas, parece não ter a menor chance de sê-lo. Surge, então, a inevitável pergunta: como isso (o bolsteliionatismo) pôde ter acontecido?

É fato que “os mais talentosos líderes de massa de nossa época ainda vieram da ralé, e não das massas” (ARENDR, 1989, p. 446), e “todo líder da ralé é caracterizado pela mera sede de poder [...]” (ARENDR, 1989, p. 455). Ademais, “os atuais governantes totalitários e os líderes dos movimentos totalitários têm ainda os traços característicos da ralé, cuja psicologia e filosofia política são bastante conhecidas” (ARENDR, 1989, p. 446).

No caso específico do bolsteliionatismo, o líder é um militar fracassado (expulso das fileiras do Exército), de difícil trato social (basta uma pergunta incômoda para revelar seu verdadeiro eu), com tendências à perversão (o descaso com as vidas em meio à pandemia é emblemático) e vida privada desordenada (vários casamentos, filhos com comportamentos estranhos, duvidosos e pouco republicanos, patrimônio sem origem). E as carreiras, tanto dos primeiros líderes da ralé, quanto dos novos líderes das massas, caracterizavam-se exatamente por “fracasso na vida profissional e social, perversão e desastre na vida privada” (ARENDR, 1989, p. 458).

Além disso, seu desprezo à cultura é notório, tal como o era para um dos simpatizantes intelectuais do nazismo, que, a certo momento, teria dito “quando ouço a palavra cultura, puxo o revólver” (ARENDR, 1989, p. 459).

Essa aversão à cultura só não é maior do que sua demagogia, e, “[...] do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos”. (ARENDR, 1989, p. 435). Recorde-se, acerca disso, que, a despeito do quantitativo atual de mortes em virtude da pandemia, o novo líder, sem o menor pudor, vangloria-se ao dizer que seu país foi o que melhor combateu o coronavírus e que isso será demonstrado logo à frente quando todas as quimeras acerca do vírus (distanciamento social, *lockdown*,

máscara) serão derruídas e restará demonstrado o quão acertada teria sido aquela alteração da bula de um certo remédio a que os inimigos do regime se opuseram.

Prosseguindo com a demagogia, o que dizer-se sobre o trato da questão ambiental? Os desmandos provindos do interior do regime geraram tamanho escândalo que nem sua própria polícia conseguiu conter ou abafar a contento.

De toda forma, “o que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte” (ARENDR, 1989, p. 485). E nada mais coerente do que supor-se que o cidadão que desejava “passar a boiada” esteja mesmo envolvido nos dez crimes que agora lhe são imputados.

Verdade ou fantasia, certo é que “a propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência” (ARENDR, 1989, p. 486). De fato, a realidade paralela em que vive o líder bolsteliarista lhe transmite segurança e coerência nas mentiras que profere, o que teria pouca ou nenhuma relevância não fossem as milhares de mortes advindas de sua postura. Afinal, enquanto os Merlins do palácio estão sempre a postos para acudi-lo a qualquer gripezinha, as massas do mundo real não têm a mesma sorte e no mais das vezes não contam com qualquer assistência.

Seja como for, “a força da propaganda totalitária [...] reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real” (ARENDR, 1989, p. 488). E, nesse ponto, ela tem sido exitosa e explica o grande número de mortes pela covid-19: enquanto o mundo real é o do vírus cuja disseminação é proporcionada pelo desprezo às medidas e equipamentos de proteção e contenção, o lema do líder, em seu mundo paralelo, é “a economia não pode parar”, “não precisa entrar em pânico”. As massas, confortadas com as palavras do líder em sua messiânica sabedoria, expõem-se ao vírus, até porque estão no mundo real, contaminam-se e morrem.

Mas mesmo diante da morte, parece não haver problema. Recorde-se que líderes talentosos vêm da ralé, não das massas. E “para a ralé, os atos de violência podiam ser perversos, mas eram sinal de esperteza” (ARENDR, 1989, p. 435). Transpondo para o quadro atual, as milhares de mortes pela covid-19, ainda que sejam fruto de perversão, denotam antes de tudo a esperteza do líder.

Talvez por isso é que, numa certa ocasião, quando indagado acerca do avanço da pandemia, assim resumiu sua percepção: “e daí”? “Vamos todos morrer um dia”.

Mas esse aparente desprezo pela vida do outro soa estranho, quase contraditório, diante da existência, recentemente noticiada, de assessoramentos paralelos aos órgãos oficiais do Estado, como ocorreu, por exemplo, na pasta da saúde. Perceba-se que, também aqui, o líder seguiu a cartilha europeia do século passado, em que:

todos os níveis da máquina administrativa do Terceiro Reich eram submetidos a uma curiosa duplicação de órgãos. Com fantástica meticulosidade, os nazistas duplicaram no partido, através de algum órgão, todas as funções administrativas do Estado [...] (ARENDDT, 1989, p. 489).

Óbvio e felizmente, o líder bolsteliarista, sem o cabedal intelectual dos camaradas, não soube e nem pôde (porque sequer conta com partido para chamar de seu) promover a completa duplicação de órgãos, tendo, até onde se sabe, duplicado a pasta da saúde e da inteligência.

Quanto à saúde, nem a duplicação conseguiu esconder a incompetência. Note-se que o nazismo buscava a morte do maior número possível de pessoas, notadamente os judeus. Portanto, pode-se dizer que o Terceiro Reich teve sucesso em seu propósito. Já, o bolsteliarismo, desde que tenha pretendido evitar mortes (é o que se supõe em tempos de paz e pandemia), até o momento só obteve reveses.

Sobre o setor de inteligência do regime, o recente episódio envolvendo o órgão ambiental revela, a um só tempo, a incapacidade técnica do setor e a habilidade institucional e independência da polícia, ao menos até o presente momento.

Mas, aos trancos e barrancos, segue o bolsteliarismo e sua tendência totalitária, até porque “o totalitarismo no poder invariavelmente substitui todo talento, quaisquer que sejam as suas simpatias, pelos loucos e insensatos cuja falta de inteligência e criatividade é ainda a melhor garantia de lealdade” (ARENDDT, 1989, p. 473).

E não é necessário nenhum esforço para identificar a loucura, a parvoíce e a insensatez que habitam e orbitam o palácio, estas que são inerentes ao ser e que, portanto, nem os Merlins de plantão podem tratar.

7 MICROFÍSICA DO PODER

A rigor, o poder sequer existe. O que há são práticas ou relações de poder (FOUCAULT, 2017, p. XIV). “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é

um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 2017, p. X).

Como prática social, não se concentra no Estado, mas, pelo contrário, está difundido por todos os âmbitos e camadas da sociedade. Por isso o nome “microfísica do poder”, que significa a sua inserção na “realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (FOUCAULT, 2017, p. XII).

E cada corpo social tem a sua verdade, a sua política geral de verdade, isto é, tipos de discurso que são acolhidos e implementados como verdadeiros (FOUCAULT, 2017, p. 12).

A propósito, a pandemia do coronavírus tornou isso evidente ao revelar quão diversos podem ser os discursos sobre uma mesma verdade, bastando variar o corpo social em que ela é proferida. Por isso é que, enquanto em algumas regiões do planeta verdades verdadeiras contiveram a pandemia, em outras regiões, em que as verdades se situam apenas no plano do discurso, as mortes pela COVID-19 prosseguem em níveis alarmantes.

Fato é que “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade” (FOUCAULT, 2017, p. 14). E quando essa verdade, manipulada pelo regime, é ainda amplificada e impulsionada pelas redes eletrônicas de comunicação utilizadas informalmente (para dizer-se o mínimo) pelo poder e por seus gabinetes paralelos, nada mais resta senão sugerir: salve-se quem puder.

Seja ou não uma prática social, onde há poder, ele se exerce. “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2017, p. 75).

O Brasil “reiniciado” em 2019 é exemplo emblemático disso porque inúmeros corpos sociais em relação aos quais, antes do “reinício”, sabia-se perfeitamente quem comandava (detinha o poder), a exemplo das Polícias Militares e dos Conselhos de Medicina, após o reinício, sobretudo a partir de 2020, já não se sabe ao certo quem detém

o poder, embora se saiba, porque é de nitidez ofuscante, que não são seus legítimos comandantes que o detêm.

Quanto à relação entre o poder e o saber, que, segundo a tradição do humanismo “a partir do momento em que se atinge o poder, deixa-se de saber: o poder enlouquece, os que governam são cegos” (FOUCAULT, 2017, p. 141). Foucault promove autêntica virada ao anotar que parece haver “uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Prossegue ele (2017, p. 141-142):

O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder.

Tivesse sobrevivido ao Brasil “reiniciado” em 2019, Foucault forçosamente teria de fazer a ressalva da ressalva: a proposta humanista de impossibilidade de coexistência entre poder e saber é equivocada porque, em verdade, poder e saber estão integrados, salvo no Brasil, onde é empírico, visível e risível o exercício do poder sem saber.

Essa ausência do saber explica o desgoverno, até porque a habilidade na conservação do principado, tão louvada no *Príncipe* de Maquiavel, “não é de modo algum possuir a arte de governar” (FOUCAULT, 2017, p. 280).

Ademais, “para ser um bom soberano, é preciso que tenha uma finalidade: ‘o bem comum e a salvação de todos’” (FOUCAULT, 2017, p. 283).

Ora, na ausência do saber, na ignorância da arte de governar e no desprezo pelo bem comum e salvação geral (a salvação se direciona apenas ao clã familiar e à patota palaciana), resta aos indivíduos, ao menos àqueles que sobreviveram à falta de oxigênio e ao atraso das vacinas, permanecerem vigilantes quanto aos “mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros” (FOUCAULT, 2017, p. 12), e, logo adiante, em 2022, promoverem o *reset* do “reinício”.

E se o *reset* for em vão, então só lhes restará bradar, tal como Júlio Cesar às margens do Rubicão, *alea jacta est!*

8 PSICOPOLÍTICA

“A política moderna é caracterizada pela emancipação da ordem transcendente, ou seja, das premissas fundamentadas na religião”. Não remontasse a 2014, talvez a obra Psicopolítica tivesse trazido uma ressalva porque, aqui, em terras tupiniquins, premissas religiosas não apenas elegeram um candidato a Presidente, como lhe dão certa sustentação no cargo mediante uma indecorosa e escancarada troca de favores.

De todo modo, essa troca de favores, embora obscena e inaceitável, é até compreensível, sobretudo “no momento em que o capital ascende a uma nova transcendência, a um novo senhor. Com isso, a política acaba se convertendo novamente em servidão: se torna serva do capital” (CHUL-HAN, 2020, p. 17).

Mas essa servidão não é intrínseca à política, e sim inerente ao agente político, peculiaridade não exclusiva de repúblicas bananeiras, já que, mesmo na Alemanha, país que acolheu sua família após a Guerra da Coreia e onde a probidade é a palavra de ordem, pôde observar Chul-Han (2020, p. 18):

Os políticos de hoje responsabilizam o endividamento elevado (Verschuldung) pela extrema limitação de sua liberdade de ação. Se não temos dívidas (schykdenfrei), ou seja, se somos completamente livres, precisamos agir seriamente. Talvez nos endividemos permanentemente para que não precisemos agir, ou seja, para não sermos livres, para não termos que assumir responsabilidades.

Nesse aspecto, o messiânico do Planalto, isto é, o Presidente Bananeiro, pôde contar não apenas com aquilo que tem chamado de “herança maldita” (dívidas advindas das gestões anteriores), mas também com as despesas que inevitavelmente teve de contrair para custear, embora risivelmente, as ações de combate à pandemia do coronavírus.

Talvez isso explique a inércia intencional do Governo (que por isso tem sido designado de desgoverno) e as irresponsabilidades de toda ordem (na saúde, na economia, na educação, na justiça, no meio ambiente), à medida que, como anotado por Chul-Han, “se não temos dívidas [...], precisamos agir seriamente. Talvez nos endividemos permanentemente para que não precisemos agir, ou seja, para não sermos livres, para não termos que assumir responsabilidades” (CHUL-HAN, 2020, p. 18).

Então, nessa toada dissonante, segue o baile com o messias saboreando o poder das formas mais inusitadas, características de repúblicas bananeiras: confrontando diuturnamente as instituições (porém de forma velada porque lhe falta coragem para um

afrontamento direto), aparelhando as estruturas do Estado a fim de assegurar a proteção dos seus (familiares e amigos com antecedentes sobremaneira comprometedores) e, parodiando o recém destronado Presidente Norte-Americano, descredibilizando o processo eleitoral a fim de justificar eventual derrota nas eleições que se aproximam.

Mesmo que se pense que ele não exerce o poder, já que o despreparo e a incompetência são evidentes, fato é que “o poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo” (CHUL-HAN, 2020, p. 25).

Justo por isso é que hoje o poder tem assumido uma forma permissiva e afável, e assim se passa por liberdade (CHUL-HAN, 2020, p. 25-26). Daí dizer que

A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil, flexível e inteligente, escapando a qualquer visibilidade. O sujeito submisso não é nunca consciente de sua submissão. O contexto de dominação permanece inacessível a ele. É assim que ele se sente em liberdade.

O poder inteligente e amigável não age frontalmente contra a vontade dos sujeitos subjugados, controlando suas vontades em seu próprio benefício. É mais afirmador que negador, mais sedutor que repressor. Ele se esforça em produzir emoções positivas e explorá-las. Seduz, em vez de proibir. Em vez de ir contra o sujeito, vai ao seu encontro (CHUL-HAN, 2020, p. 26).

Logo, os que foram convencidos a não usar máscara de proteção contra a COVID-19, a não tomar vacina e a não ficar em casa em meio à pandemia, saibam que isso jamais foi ou será exercício de liberdade, e sim a perfeita demonstração de sedução e subjugação pelo messias; um evidente sinal de dominação.

E o mais embaraçoso talvez seja saber que, ainda que o messias, em sua excentricidade, quiçá loucura, tenha buscado se desviar da ortodoxia, livrar-se da conformidade e opor-se ao poder neoliberal de dominação (CHUL-HAN, 2020, p. 112), nem por isso ele deixa de ser um idiota, que, “por sua própria natureza, é o desligado, o desconectado, o desinformado. Ele habita o fora impensável que escapa à qualquer comunicação e conexão” (CHUL-HAN, 2020, p. 112).

Remata Chul-Han (2020, p. 112):

Não é a individualidade ou a subjetividade, mas a singularidade que caracteriza o idiota. Em sua essência, portanto, ele se assemelha a crianças que ainda não são um indivíduo. Sua existência não é constituída por qualidades individuais, mas por acontecimentos impessoais.

Seja como for, o presidente está à frente da República das Bananas. Portanto, não apenas no comando dos infelizes subjugados.

Se tem exercido uma psicopolítica neoliberal (técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos), não se sabe ao certo, muito embora as notícias que vagueiam pelo planalto dão conta da existência de um certo gabinete cuja obscuridade, chefia e conteúdo produzido, ainda que não demonstrem uma prática da psicopolítica, ao menos indicam sérios problemas psíquicos de seus ocupantes (CHUL-HAN, 2020, p. 107).

Quanto aos que pretendem desfrutar da arte de viver como prática de efetiva liberdade (e não aquela liberdade aparente, fruto dos encantos e seduções do idiota), devem exercitar uma despsicologização. “Ela desarma a psicopolítica como meio de submissão. O sujeito é despsicologizado, esvaziado, para que se torne livre para aquela forma de vida que ainda não tem nome” (CHUL-HAN, 2020, p. 107).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diria o filósofo das massas, para referir-se a algo de estilo impecável, que serve de modelo e dispensa explicações, que “clássico é clássico”. No campo da literatura, clássico diz respeito a uma obra magistral, primorosa, que se notabilizara ao longo do tempo. Diz-se, então, obra clássica ou, simplesmente, clássico.

Embora a *Psicopolítica* não seja um clássico, talvez venha a sê-lo em breve porque a era digital em que a humanidade já ingressou é um campo fértil para o controle psicológico, este que, segundo Chul-Han, seria o propósito da psicopolítica neoliberal como uma técnica de dominação.

De toda forma, mesmo sem ser um clássico, para os fins propostos neste trabalho a obra teve o seu valor porque conseguiu, a sua maneira, desvendar algumas das parvoíces palacianas. Assim, por exemplo, demonstrou que a defesa inflexível do direito de ir e vir em meio à pandemia do coronavírus nada tinha a ver com garantia de liberdade aos súditos, mas era sim um sinal de dominação pelo messiânico do Planalto. Demonstrou também que não é nenhum exagero atribuir-lhe a idiotia, já que idiota é o desligado, o desinformado.

Quanto aos clássicos, estes permitiram observar que o messias, a um só tempo, nada tem daquilo que Platão, em *A República*, afirmava ser crucial a um bom governante (sabedoria e temperança, por exemplo), e tudo tem daquilo que Aristóteles,

em *A política*, julgava ser um homem sem virtude (criatura grosseira, afastado da lei e da justiça).

Permitiram, também, explicar o estelionato eleitoral de 2018 – recorde-se que Maquiavel, em *O príncipe*, autoriza o governante a quebrar a palavra dada em situações que lhe forem prejudiciais – e justificar a irrelevância da qualidade dos ministros/conselheiros, já que a falta de sabedoria do governante, segundo Maquiavel, impossibilita ou torna inócuo o bom aconselhamento.

Os clássicos permitiram, ainda, observar que o messias não consegue sequer diferenciar amigo e inimigo, e, por isso, na proposição de Carl Schmitt, não é político. Talvez por essa razão, aliás, tenha recorrido a Hannah Arendt e adotado, com a tortuosidade e desordem que lhe são típicas (felizmente, diga-se), *Origens do totalitarismo* como cartilha de governo.

Finalmente, por meio dos clássicos se pôde notar que, em terras e tempos do messias, vige a tradição humanista segundo a qual é possível exercer o poder sem saber, para o assombro de Foucault que, em *Microfísica do poder*, sustenta exatamente o contrário: poder e saber se articulam, de modo que a presença de um pressupõe ou inspira a existência outro.

Enfim, os clássicos abordados neste trabalho ora justificam ora confrontam a postura do messias (cujo déficit cognitivo inicial revelou-se também em déficit moral), mas todos permitem compreender o cenário político brasileiro atual, que parece ter naturalizado o absurdo.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 413-39.

ARISTÓTELES. **A política**. Edição bilíngue. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Veja, 1998.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**; tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 16.

CHUL-HAN, Byung. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2020. 117 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 295 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 182 p.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 12 ed. São Paulo: Conceito editorial, 2011, p. 99.

SANTOS, Rafael Padilha dos. **A *paideia* ôntica, a justiça e a ideia de Bem a partir do jusnaturalismo ontológico da República de Platão**. Artigo ainda não publicado, disponibilizado pelo autor aos alunos do Mestrado em Ciência Jurídica da UNIVALI, na disciplina Teoria Política, 1º semestre/2021, via plataforma blackboard.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2009. 200 p.